



ATA da 42ª reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

06 de outubro de 2014 – 9 horas

Expediente:

- I. Aprovação da ATA da 92ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 25 de julho de 2014;
- II. Aprovação da ATA da 40ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 15 de agosto de 2014;
- III. Aprovação da ATA da 93ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 29 de agosto de 2014;
- IV. Posse dos novos Conselheiros (Titular e Suplente) – Representantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - mandato de 2013 - 2015: Sra. SANDRA GLÓRIA TEIXEIRA e Sr. DÉCIO PEREIRA DE MORAES;
- V. Sugestão de Inclusão de Pauta.

Ordem do dia:

- I. Apresentação da Proposta Orçamentária 2014/2015 e Aplicações de Recursos do FEMA 2014;
- II. Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial desarmada para o Grupo Norte – Vila Maria (PA nº 2014-0.163.393-1) Valor de R\$ R\$ 8.422.580,09 (sendo R\$ 1.403.763,34 para o exercício de 2014 e R\$ 7.018.816,75 para 2015);
- III. Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Grupo Orla (PA nº 2014-0.185.995-6) Valor R\$ 9.195.103,13 (sendo R\$ 1.532.517,18 para o presente exercício e R\$ 7.662.585,95 para 2015);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Atender os pagamentos de medições não liquidadas de agosto de 2014 e as demais até o termino do contrato a vencer em 22/11/2014



referente à prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques Municipais que entregam o grupo Orla do Guarapiranga (PA nº 2012-0.329.079-5) Valor Total: R\$ 1.099.999,86;

- V. Apreciação e deliberação sobre Prorrogação contratual dos serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Norte (PA 2012-0.329.067-1) Valor R\$ 1.103.137,68 (sendo R\$ 1.054.322,55 para o principal e R\$ 48.815,13 para o reajuste);
- VI. Apreciação e deliberação sobre Prorrogação Contratual de Serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Guarapiranga (PA 2010.0.144.515-1) Valor de R\$ 174.130,58 (sendo R\$ 146.130,58 para o pagamento do principal e R\$ 28.000,00 para o reajuste);
- VII. Apreciação e deliberação sobre pagamentos de medições não liquidadas de agosto de 2014 e as demais até o termino do contrato a vencer em 15/12/2014 referente a manutenção e manejo do Grupo Pinheirinho. (PA 2013-0.330.054-5) Valor de R\$ 705.428,74.
- VIII. Apreciação e deliberação sobre Aditamento Contratual em 2,4% na prestação de Serviços de Manejo e Conservação dos Parques Naturais Municipais Bororé, Itaim, Jaceguava e Varginha e Cratera da Colônia (PA 2010.0.247.663-8) Valor de R\$ 47.649,60;
- IX. Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de vigilância/segurança dos Parques Grupo Leste - São Mateus pelo período de 12 meses. (2014-0.187.875-6) R\$ 7.831.018,00 (sendo R\$ 1.305.169,66 para 2014 e R\$ 6.525.848,34 para 2015)

Anexos:

- Parecer Técnico – processo nº. 2014-0.163.393-1 - Nova Contratação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial desarmada para o Grupo Norte – Vila Maria
- Parecer Técnico – processo nº. 2014-0.185.995-6 - Nova Contratação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Grupo Orla



-
- Parecer Técnico – processo nº. 2012-0.329.079-5 – Prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que entregam o grupo Orla do Guarapiranga
 - Parecer Técnico – processo nº 2012-0.329.067-1 - Prorrogação contratual dos serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Norte
 - Parecer Técnico – processo nº. 2010.0.144.515-1- Prorrogação Contratual de Serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Guarapiranga
 - Parecer Técnico – processo nº. 2013-0.330.054-5 pagamentos de medições não liquidadas de agosto de 2014 e as demais até o termino do contrato
 - Parecer Técnico – processo nº. 2010.0.247.663-8 - Aditamento Contratual em 2,4% na prestação de Serviços de Manejo e Conservação dos Parques Naturais Municipais Bororé,
 - Parecer Técnico – Processo nº 2014-0.187.875-6 Nova Contratação de serviços de vigilância/segurança dos Parques Grupo Leste-São Mateus



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia senhoras e senhores conselheiros. Bom dia a todos. Daremos início à 42ª Reunião Plenária Extraordinária, dia 06/10, 9h08. Expediente, primeiro item: Aprovação da ATA da 92ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 25 de julho de 2014. Senhores conselheiros, conselheiras, tem alguma observação?

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Cristina Antunes, SAJAP. Luis, eu comentei aqui, em outras reuniões, essa questão do atraso das atas. Quando a gente aprova em outubro, uma ata de julho, realmente cai no vazio. Quer dizer, não vai mudar nada na progressão. Porque o que se fala em uma reunião deveria ter continuidade na reunião seguinte. Então, eu sei que é difícil fazer a transcrição, mas eu peço que seja atualizada. Eu sei, a gente está com um monte de reuniões, eu entendo essa dificuldade. Mas perde o sentido a gente aprovar uma ata com esse atraso todo. Mesmo que eu tivesse alguma coisa para questionar, já passou o momento. Entendeu?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos para a votação. Sobre os conselheiros que concordam com a aprovação, permaneçam da maneira que estão. Aprovada por unanimidade. Aprovação da ATA da 40ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 15 de agosto de 2014. Senhores conselheiros que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Votada por unanimidade. Aprovação da ATA da 93ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 20 de agosto de 2014. Senhores conselheiros que estiverem de acordo, permaneçam da maneira que estão. Votada por unanimidade. Daremos agora a posse dos novos conselheiros titulares e suplentes, representantes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - mandato de 2013 - 2015: Senhora Sandra Glória Teixeira, uma salva de palmas. Senhor Décio, ele deve chegar. Aguardaremos. Sugestão de inclusão de pauta. Algum conselheiro, conselheira?

Cons. Cristina Antunes: Essa semana saiu no jornal a criação do Parque do Jóquei. O jornal dá algumas informações diferentes das informações que a gente usou para aprovar aquela verba. Eu falo a gente porque eu faço parte do conselho, mas você sabe que eu votei contra. Eu queria então um esclarecimento da secretaria. Porque a verba que bancou este parque foi maior do que a gente aprovou aqui. Aqui já tinha sido dito que ia ter um questionamento, e eu então queria saber o que compôs e o que aconteceu com o dinheiro que a gente aprovou aqui.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu vou providenciar, se chegar o... Com a palavra Sandra.

Cons. Sandra: Sandra, SVMA. Assim, no quadro que nós distribuímos hoje, você pode observar que tem essa informação embaixo. Na realidade, houve o empenho do secretário junto à administração da prefeitura, e na realidade o dinheiro que foi aprovado não foi utilizado. Os encargos ficaram para o Tesouro Municipal. Tanto é que você pode ver, aí no TCA continuamos com 84 milhões na conta. Então na realidade o que foi aprovado, a negociação, o secretário conseguiu aprovar o Fundo. Está aqui nos 84.

Cons. Cristina Antunes: Eu fico extremamente feliz, porque eu me debati aqui, achando que este dinheiro não podia sair. Saiu de onde, Sandra?

Cons. Sandra: Do Tesouro Municipal mesmo. Ficou na 00, falando tecnicamente.

Cons. Cristina Antunes: E onde que ocorreu essa reconsideração da origem do dinheiro?

Cons. Sandra: A nível de secretário. E nós querendo que preservássemos, para poder levar adiante os projetos da secretaria na realidade. Está bom?

Cons. Cristina Antunes: Está bom. Fico muito feliz. Eu espero que a gente não tenha que perder tanto tempo, como foi aquela reunião, para aprovar um dinheiro que não te que sair daqui.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Passamos a ordem do dia. Apresentação da proposta orçamentária 2014/2015 e aplicações de recursos do FEMMA 2014. Sandra, quem irá apresentar? A Mônica.

Secretário Executivo Rubens Borges: Enquanto isso, Damasceno...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode dar o informe.



Secretário Executivo Rubens Borges: Senhores conselheiros, bom dia. Rubens, Secretário Executivo do CONFEMA. Eu queria trazer para a reunião uma informação. O Plano Diretor Estratégico, foi aprovado agora, em 31 de julho, ele traz novas atribuições para a secretaria. E entre elas a criação do Fundo de Parques. Esse Fundo de Parques ainda está sendo pensado, porque nós tivemos que incluir no orçamento de 2015, criar uma dotação específica para ele. Nesse momento, a gente está estudando a lei, para saber como exatamente irá funcionar esse Fundo de Parques. Está sendo criado um grupo de trabalho aqui na secretaria, para começar a trabalhar essa legislação. E o Plano Diretor também diz que o CADES e o CONFEMA deverão se reunir para verificar quais alterações que a lei do FEMA deverá sofrer para atender, também, ao Fundo de Parques. Porque a lei diz que para cada real aplicado no Fundo de Parques o FEMA ou o FUNDURB deveria entrar com o mesmo valor. Só que para isso nós temos que alterar a nossa legislação do FEMA, para permitir essa transferência de recursos. Então esse é um aspecto. O outro é que o Plano Diretor também prevê o pagamento por serviços ambientais. Pagamento por serviços ambientais São Paulo ainda não está fazendo, mas eu já tenho mantido contato com a Divisão de Unidade de Conservação, para entender qual o mecanismo. E a legislação também vai ter que ser alterada nesse sentido, para permitir o pagamento por serviços ambientais. Porque ele implica em uma transferência de recursos públicos para um ente privado. Ou seja, aquele proprietário que tem uma área preservada, ou que se dispõe a fazer uma recuperação de área, ele passa a ter direito a receber esse recurso. Só que para transferir o recurso de um fundo público para um ente privado, uma pessoa física, a gente precisa ter respaldo na legislação. Então isso está sendo discutido com a DUC. Então nesse momento, eu só queria comunicar que: a gente já criou um grupo de trabalho aqui na secretaria, para estudar o Fundo de Parques e que em um segundo momento o CADES e o CONFEMA vão ter que sentar para estudar essa legislação. A minha proposta é de que se criasse uma Comissão Especial no CADES, porque o CONFEMA não tem Comissões Especiais, então a gente não poderia montar por aqui. Montar uma Comissão Especial no CADES, com técnicos da secretaria, membros do CADES e membros do CONFEMA, para gente estudar a legislação e tratar exatamente das alterações. Então, a gente não tem datas marcadas ainda, a gente vai levar para o CADES essa informação, porque é uma coisa nova. E em seguida, a gente cria essa Comissão Especial.

Cons. Cristina Antunes: Rubens, já tem clareza o que esse Fundo de Parques vai contemplar?

Secretário Executivo Rubens Borges: A legislação diz que o Fundo de Parques pode receber doações para implantação de novos parques, ou para desapropriações. E aí tem uma questão de entendimento que é assim: esse recurso que for doado serve para manutenção de parques também, ou é só para desapropriação e criação de parques novos? Então isso está sendo discutido internamente. Esse grupo de trabalho que está sendo constituído vai analisar o que diz a legislação, vamos consultar nosso jurídico também, para saber da interpretação de lei. E depois que tivermos algo mais estruturado, aí vamos levar para o CADES e para o CONFEMA, essa discussão o que vai ser necessário alterar na legislação do FEMA e como vai funcionar o Fundo de Parques. Porque a gente ainda não tem essa clareza.

Cons. Cristina Antunes: Nem tem clareza ainda de tudo que vai abastecer o Fundo de Parques?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, o que vai abastecer o Fundo de Parques, a legislação já prevê...

Cons. Cristina Antunes: Você falou: doações e...

Secretário Executivo Rubens Borges: É, em geral, doações.

Cons. Cristina Antunes: Doações, mas doação... doação é o quê? Doação é eu pegar dinheiro do meu bolso...

Secretário Executivo Rubens Borges: Depósito em dinheiro...



Cons. Cristina Antunes: Mas doação de quem? Por quê? Por que motivo? Por que alguém doaria para um fundo de parque? Porque, por exemplo, TCA é uma obrigação. Por que alguém vai doar para um Fundo de Parques?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, a legislação não é clara ainda nesse aspecto.

Cons. Cristina Antunes: Eu fiquei muito feliz com a inclusão de Fundo de Parques no PDE. Agora, assim, parece que é mais um delírio, entendeu? Porque se não ficar claro que dinheiro vai para lá, e tem que ser um dinheiro obrigatório, não pode ser só voluntariado, porque isso alivia o FEMA. Vai ter uma participação, mas pelo menos, com essa lógica, não vai evoluir assim.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Desculpa interromper, mas eu peço ao secretário que é só um informe. Esse debate não é fórum aqui. Nós temos uma pauta. Por gentileza.

No final da reunião a gente pode voltar a conversar. Eu passo mais informações sobre o que está disposto na lei.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Passemos agora à ordem do dia: Apresentação da Proposta Orçamentária 2014/2015 e aplicações de recursos do FEMA. Por gentileza, Mônica.

Mônica: Bom dia. Nós fizemos um levantamento aqui, e nós estamos com R\$ 221.783.754,31 de aprovações no CONFEMA, para manejo e vigilância, 2014/2015, na planilha que vocês estão vendo. A previsão para 2014 está em R\$ 111.491.758,13. No nosso orçamento de 2014, no FEMA, nós temos aprovados R\$ 123.264.376,90, dos quais R\$ 4.386.997,49 estão congelados. Reservados os 111 milhões, que são os valores que nós temos aprovados. E temos um saldo disponível na dotação de 7 milhões. Que seriam essas aprovações que nós estamos aqui, precisando que seja aprovado para esse exercício ainda. E na secretaria, que é a 00, o nosso orçamento saiu em R\$ 44.225.727,05, e foi congelado, assim, no início, R\$ 22.652.827,05, dos quais 21 milhões nós usamos para concessionárias, contrato de ambulâncias que nós temos, e os contratos dos parques. Entra aí ambulância, concessionária, banheiro químico... Então assim, no orçamento da secretaria, nós não conseguimos fazer os contratos de manejo e vigilância, por isso que nós tivemos que utilizar o recurso do FEMA. Hoje, o saldo da dotação da secretaria está zerado, nós não temos absolutamente nada. Nós temos na conta corrente do FEMA, hoje, em receitas correntes, que é onde a gente gasta o recurso com manejo e vigilância, nós estamos com R\$ 136.891.000,00, é a primeira coluna. E de termo de compensação ambiental, que nós não usamos para manejo e vigilância, nós estamos com um saldo de R\$ 84.769.091,22, que na verdade estava até a previsão para estarmos utilizando recurso para a desapropriação do Parque Chácara do Jóquei, mas não foi utilizado e o recurso continua aqui. Então nós não usamos. Agora, na nossa proposta de 2015, nós dividimos, ficou R\$ 49.788.866,00 para manejo, a gente pretende, vamos ver se vai dar tudo certo, de a gente estar usando os recursos do FEMA, só para manejo, em 2015. E a vigilância, nós colocamos, alocamos na secretaria, na 00, com R\$ 62.190.891,00. A nossa previsão orçamentária, que está na proposta, são R\$ 111.497.727,00 milhões para manejo e vigilância. E a previsão de receita para 2015, no FEMA, está em R\$ 55.000.000,00, então está dentro da nossa previsão aqui, para 2015. Não sei se ficou muito claro.

Cons. Cristina Antunes: (fala sem microfone) Eu não consegui acompanhar nada do que você falou. Eu estou procurando os números que você falou, mas não estou achando aqui. Desculpa, eu sou atrapalhada...

Mônica: Eu fui seguindo a ordem. Sem problema nenhum. Eu fui seguindo.

Cons. Cristina Antunes: (fala sem microfone).

Mônica: Embaixo. Isso é a previsão de receita para 2015, no FEMA.

Cons. Cristina Antunes: (fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: No microfone, por gentileza.

(fala sem microfone)



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está no financeiro, embaixo, 55. Com a palavra Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Achei. A gente viu, também, no jornal que já houve um corte na peça orçamentária que foi para a câmara de quase R\$ 25 milhões. Essa previsão do FEMA está baseada no quê? E qual o risco que corre de ser cortado?

Mônica: A previsão, a receita você fala?
(fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza o Pedro.

Pedro: Pedro, da Secretaria de Planejamento. A previsão de receita do FEMA é uma previsão de quanto se espera arrecadar ao longo do ano. Cada secretaria envia para a Secretaria de Finanças uma estimativa, baseada no histórico de cada categoria de receita, quanto espera arrecadar. Aí você faz um orçamento em cima dessa previsão. Em relação ao corte, eu não sei exatamente que matéria de jornal você está falando. Mas saíram algumas matérias, no Estadão principalmente, que a comparação está um pouco complicada. Porque está comparando o orçamento de 2015 com o orçamento de 2014. E a gente sabe que é complicado fazer essa comparação, porque você teve ao longo do ano uma série de frustrações de receita, a começar pela questão do IPTU, que a prefeitura não conseguiu arrecadar no fim do ano que vem. Então nas nossas comparações, a gente está sempre comparando com o projetado de 2014, que é quanto a prefeitura realmente espera arrecadar e gastar ao longo deste ano. E aí nessa comparação não existe nenhuma diminuição. Eu não tenho, aqui, os dados específicos do Verde, eu posso até trazer para a próxima reunião. Mas todas as áreas crescem, o Verde é uma área que cresce mais do que a média, apesar do crescimento da receita ser bem conservadora, assim, em relação ao ano que vem.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado.

Cons. Cristina Antunes: Você falou que, então, vão tentar, se eu entendi direito, no empenho, um esforço para não usar verba do FEMA para vigilância em 2015. Isso é um esforço, isso aqui não é uma determinação. Quer dizer, se precisar vai procurar no FEMA. Mônica: Então, é que na nossa proposta orçamentária, na verdade, o valor que nós temos de receita no FEMA não cobre a vigilância e o manejo. Então nós não podemos colocar a vigilância e o manejo se a gente não tem toda essa receita para manter os dois contratos. Então nós colocamos a vigilância na Secretaria e o manejo no FEMA.

Cons. Cristina Antunes: Eu pedi, Luis, há algum tempo, um demonstrativo do que se gasta com o orçamento. Porque agora, de repente, vocês estão tentando fazer caber no orçamento a vigilância. Este ano nós aprovamos, o conselho aprovou, um monte de verbas, um monte de contratos de vigilância. Então o que aconteceu este ano? Este ano não tinha dinheiro para fazer isso? Para mim é uma coisa absolutamente nebulosa, onde vai o dinheiro da Secretaria? Você falou aí: banheiro químico, não sei o quê... Mas aonde vai, meu Deus do céu? E mais, houve uma redução visível no número de funcionários dessa secretaria, portanto, a folha caiu. E onde vai esse dinheiro?

Pedro: Na verdade, o que aconteceu, o diferenciou o ano passado deste ano? No ano passado existia menos espaço na 00 e existia um orçamento do FEMA que tinha superávit acumulados, que permitiu a gente usar uma parte do FEMA para os gastos de vigilância e manejo. Esse ano, esse espaço é reduzido, é o quadro que a Mônica está mostrando. Se você pegar a nossa perspectiva de receita, ela não comporta a gente orçar a vigilância e o manejo no FEMA. Então a gente teve que usar... teve que ter um crescimento da fonte Tesouro, o orçamento da Secretaria. Então o orçamento da Secretaria cresce para acomodar essas despesas de vigilância que não vão poder ser orçadas esse ano. Então tem um crescimento do Tesouro, eu tinha até falado disso a última vez que eu estive aqui, para as despesas da Secretaria do Verde, para comportar essas despesas de vigilância. É um recurso que tem que sair de algum lugar, não é um recurso que surge do nada. Então o que o Verde está crescendo, outras secretarias deixam de crescer. Então é uma coisa importante para que tenhamos em mente. Em relação à despesas de pessoal, esse parâmetro é calculado separado. Você tem a folha de cada secretaria, você calcula o custo de pessoal a partir dessa folha e o recurso de



custeio, na verdade, é sempre calculado em comparação com o ano passado. Não é que o recurso de pessoal que não está sendo gasto entra automaticamente para a secretaria, ele é calculado de forma separada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado.

Cons. Cristina Antunes: Eu já pedi anteriormente, Luis. Eu gostaria de ter o extrato. Assim como a gente recebe o extrato do FEMA, o extrato das despesas da secretaria. O Pedro já explicou isso realmente em outra ocasião. Mas, por exemplo, em outra ocasião foi dito que: não, que gastava com setor de fauna, tem manutenção, tem não sei o quê. Eu gostaria de receber isso. Isso aqui é um documento público, eu imagino. Eu gostaria de receber isso, para a gente poder comparar quanto se gastou do FEMA, quanto se gastou da secretaria e por que agora, de repente, uma vez que o FEMA não vai ter dinheiro, então agora, sim, a Secretaria vai gastar? Eu preciso entender esse mecanismo, porque eu continuo entendendo como o jurídico aqui, da própria Secretaria entendeu, na origem dessa etapa que estamos passando, entendeu que não podia sair do FEMA. Quem autorizou foi a PGM. Então eu gostaria de ter o extrato, desde o começo dessa gestão até agora, o extrato das despesas da secretaria.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito. Está anotado. Aproveitando a chegada do novo suplente do conselho, Décio Pereira De Moraes, presente para vocês conhece-lo, peço uma salva de palmas a ele. Dado posse ao Décio também. Rubens com a palavra.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, dando continuidade ao expediente, a ordem do dia...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Desculpa, Rubens. Eu cometi um engano. O Azoni tinha pedido antes a palavra.

Cons. Azoni: Azoni, representante do CADES. Eu só queria... por exemplo, esse material que foi entregue para nós, como ele vai servir de base para as nossas decisões, que fosse, pelo menos, assinado pelo departamento responsável, que isso serve como base e instrumento de para nós, como conselheiros, termos uma garantia da nossa aprovação. Outra coisa que estou vendo aqui, 'aquele saldo disponível de R\$ 7.385.000,00 permaneceu. Pelo que o Sérgio tinha falado, que esses R\$ 7.385.000,00 estaria incluso ainda as despesas que a gente já tinha aprovado. Algumas coisas, no decorrer, até o final de 2014 algumas coisas iam sair desse valor, correto? Sendo que hoje, se nós fizermos aprovação de todos os saldos de 2014, nós estamos com R\$ 7.343,796,00. Minha preocupação seria a seguinte, se nós só temos esses R\$ R\$ 7.385.000,00 e nós vamos fazer uma aprovação de mais R\$ 7.000.000,00 só para 2014, vai ter saldo para tudo isso até o final do exercício de 2014? Tem um excedente da aprovação de hoje, que são R\$ 21.235.251,00 para 2015. E queria saber como nós vamos aprovar se o orçamento ainda não foi fechado? Eu gostaria de saber da Sandra se este dinheiro já foi reservado, se já está... Então, como nós podemos aprovar um valor para 2015, sem a gente ter a certeza de que esse recurso vai estar presente?

Cons. Sandra: Na realidade isso aqui são previsões. Porque, por exemplo, nós procuramos sintetizar os dados para vocês. Mas naquela nossa planilha que vem grupo a grupo, depois, se vocês quiserem a gente pode... porque ela é mutável, todo dia ela muda. Nós já temos um saldo, não está separada ainda 2014, 2015, de R\$ 23.000.000,00, já, de cancelamento. De quê? De postergação de licitação. De negociação de preço. Quando vai para licitação, o preço normalmente sai menor. É que são tantos os dados, a gente pode até fornecer para vocês depois. Inclusive, eu até dei para Sônia em outra reunião, que eu estava do lado de lá. Entendeu? É porque são tantos dados, que nós resolvemos assim, pelo menos sintetizar os dados para vocês. Na realidade, já temos, teoricamente, entre o aprovado hoje, hoje até sexta-feira, um superávit de R\$ 23.000.000,00 que não vão ser mais utilizados, embora aprovados. Entendeu? Mais ou menos isso.

Cons. Cristina Antunes: Eu estive esses dias discutindo com a coordenadora do Parque do Cordeiro as verbas aprovadas. O Sérgio contou a semana passada que do Grupo Cordeiro foram aprovadas 400, imagino que esse dinheiro esteja dentro desse que você



está falando, verba aprovada e que não será usada. Só que desta verba que foi aprovada, o serviço que era para ter sido feito não se materializou. O parque não tem prego, não tem papel, não tem papel higiênico. Então na verdade a gente continua sem saber onde está indo esse dinheiro. De que jeito isso está sendo aprovado. O Parque do Cordeiro continua sem o contrato de vigilância. Embora a gente saiba que a zona leste foi contemplada antes da gente. A gente não está vendo isso acontecer, sabe, Sandra? Quer dizer, 400 mil, 400 e poucos mil, que já foram utilizados, a gente não está vendo onde está. E você mesmo está dizendo, tem contratos que não foram fechados... hoje mesmo, tem aqui alguma coisa que fala nisso, avaliação de... tem contas, eu até anotei aqui, que... ainda não tem os relatórios finais. Mas que já estão pedindo dinheiro para cobrir as despesas quando sair os relatórios finais. Eu não consigo entender, sabe, Sandra.

Cons. Sandra: Desculpa, o que é relatório final?

Cons. Cristina Antunes: Podemos continuar depois, eu posso falar nisso quando chegar no item aqui. Agora, eu só estou relatando, assim: a gente não viu a materialização em serviços do que já foi aprovado. Você está dizendo que tem coisas que vão voltar, não vai precisar ser usado.

Cons. Sandra: Por exemplo, eu vou dar um exemplo da vigilância no montante. Eram 18 licitações, duas já aconteceram, que foram a Presseg que ganhou. Então todos os grupos estão sendo licitados agora. Mas quando... eu fico preocupada assim, porque é manejo e vigilância. Quando você fala assim: papel higiênico, isso aí não... por exemplo, não tem a ver com manejo e vigilância. Isso aí é mais administração dos parques. Que isso é onerado...

Cons. Cristina Antunes: ...dinheiro na secretaria.

Cons. Sandra: É na secretaria.

Cons. Cristina Antunes: E que não chega o dinheiro.

Cons. Sandra: Aí nós podemos... Nós estamos revendo todos os casos dos parques e DEPAVE poderia até responder melhor. Entendeu? Mas que... fica tudo na administração da secretaria, tipo, café também, o papel higiênico, micro, link de linha, é toda administração que... está onerando toda a secretaria. E aí é distribuído para os parques. Entendeu? Então... é claro, acredito que até hoje, os 104 parques, todos não são contemplados a contento. Fora o problema, também, que nós estamos tentando dar uma agilizada, mas você sabe que tem prazos legais na licitação, com relação à vigilância, por causa das invasões que estão tendo também. Então, na realidade, a gente está mais apagando incêndio. Mas tentando, na medida do possível, atender a todos. A intenção é essa. E o ano que vem é ser uma coisa mais minimizada.

Cons. Cristina Antunes: Eu não vou dar continuidade nesse questionamento agora. Eu tenho tentado falar com o Carlos para saber sobre isso. Mas eu queria, também, formalizar aqui, Luis, um pedido para a gente ver o formato desses contratos que estão sendo feitos. Porque também tive a informação de que estão reduzindo o número de funcionários nos parques, nos novos contratos. Então só para aferirmos se é isso mesmo. A gente está aprovando dinheiro com contratos, supondo que é em um formato que existe hoje. Então eu gostaria de solicitar a apresentação aqui no CONFEMA do formato dos contratos de vigilância, manutenção e manejo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só lembrando a conselheira Cristina que esses contratos, minutas, estão todos apensos nos processos, que estão à disposição de vocês. Mas eu tomarei providências. Está anotado aqui.

Cons. Sandra: Cristina, inclusive nós estamos informatizando a parte de contratos. Por exemplo, o Portal da Transparência, toda secretaria é obrigado a ter os contratos publicados. Nada obsta que a gente peça para o DEPAVE e traga um... Inclusive, no link da secretaria está sendo criado, à esquerda, Contratos, onde estarão sendo publicados todos, dentro da própria secretaria.

Cons. Cristina Antunes: Contratos assinados?

Cons. Sandra: É, todos assinados. Então assim, todos que estão passando, de agora em diante, estão sendo escaneados, foi a pedido, inclusive, do gabinete. Para nem ter que ir lá ao Portal da Transparência. Mas, por exemplo, você quer saber alguma coisa que o



Verde tem, foi criado um link do lado esquerdo Contratos, todos os contratos que estão sendo assinados, estão todos sendo publicados.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: E sempre lembrando, quando se fala em transparência, desde o princípio, o secretário disse para vocês, tudo que é solicitado e que é publicado, público, trouxesse à vocês. Então os processos aí justamente para serem verificados. Nada que vem para aprovação é colocado para vocês sem ciência anterior. Então a transparência total por parte do secretário, e deste conselho. Rubens, vamos à...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, dando continuidade, nós vamos para o item 2 da pauta, o primeiro foi apresentação da questão orçamentária. O item 2 é Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial desarmada para o Grupo Norte – Vila Maria. Processo é 2014-0.163.393-1. Proponente: SVMA/DEPAVE Valor Total: R\$ 8.422.580,09 (sendo R\$ 1.403.763,34 para o exercício de 2014 e R\$ 7.018.816,75 para 2015). Análise da proposta: Trata a presente proposta de solicitação de recursos do FEMA para contratação de serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para o Grupo Norte – Vila Maria, pelo período de 12 (doze meses), conforme termo de referência encartado no presente processo de folhas nº 18 a 90. Análise econômica e orçamentária da proposta Em folhas 82 a 102 foi juntada pesquisa mercadológica resultando no valor médio de R\$ 8.422.580,09, necessário para contratação pelo período de 12 meses. DAF. G juntou sob fls.108 o demonstrativo do saldo disponível por órgão/unidade onde informa o saldo de dotação de R\$ 7.918.472,19 e total congelado de R\$ 4.386.997,49 . Enquadramento nas diretrizes, eu vou ler o primeiro, os outros se repetem: Em folha 110 a 121, consta o relatório com a manifestação da Procuradoria Geral do Município (PGM), favorável à utilização dos recursos do FEMA para “contratação de serviço de segurança e vigilância desarmada nos parques públicos integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município”. Assim, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao art. 57 da Lei nº 14.887 (de 15 de janeiro de 2009 que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA), que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar, entre outros: “o controle, a fiscalização e a defesa do meio ambiente”. O CADES no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da Lei 14.887/2009 e artigos 6º e 35, inciso I do Decreto nº 52.153, de 28/02/2011), estabeleceu entre as diretrizes para utilização dos recursos do FEMA, por meio da Resolução 165/CADES/2014: “Proteção à Biodiversidade (fauna e flora), Áreas Verdes e Parques Urbanos, Lineares e Naturais”. Conclusão: Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta, analisada, cujo valor é de R\$ 8.422.580,09 (sendo R\$ 1.403.763,34 para o exercício de 2014 e R\$ 7.018.816,75 para 2015), respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com as recomendações propostas pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Na ocasião da aprovação do Orçamento de 2015, que esse ocorra preferencialmente pelo Orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização de recursos do FEMA para a contratação. São Paulo, 11 de agosto de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Podemos ir à votação? Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Não, só deixar registrado, mais uma vez, o motivo pelo qual eu sempre voto contra isso aqui. E eu fico feliz que agora, o ano que vem, já tenha pelo menos uma disposição da secretaria de usar o dinheiro do orçamento. Que eu acho que é o devido.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheiro Azoni.

Cons. Azoni: Eu só queria manifestar meu voto. Eu voto a favor, mas pela posição que a Sandra deixou, que existe. Somente por esse motivo estou votando a favor.



Secretário Executivo Rubens Borges: Ok. Está registrado.

Cons. Cristina Antunes: Eu acompanho o Azoni no conceito. Acho que a gente aprovar dinheiro em cima de um planejamento que ninguém sabe se vai se realizar, embora a Sandra tenha dito que isso aqui pode ter esse dinheiro, eu entendo que é uma temeridade. Outra vez, eu acho que a gente só poderia aprovar qualquer coisa até o final deste ano. Não jogando para o ano que vem. Que, aliás, a verba é grande para o ano que vem.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos a votação? Os conselheiros favoráveis a aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então nós temos quatro votos favoráveis e um voto, da conselheira Cristina, contrário. O próximo ponto de pauta é: Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Grupo Orla, que engloba os parques: Barragem do Guarapiranga, Linear Castelo Dutra, Guanhembu, Jardim Prainha, Cantinho do Céu, Nove de Julho, Linear São José, Praia de São Paulo, Jacques Cousteau, Linear Ribeirão Cocaia e Feitiço da Vila. Processo: 2014-0.185.995-6 Proponente: SVMA/DEPAVE Valor Total: R\$ 9.195.103,13 (sendo R\$ 1.532.517,18 para o presente exercício e R\$ 7.662.585,95 para 2015) Análise da proposta Trata a presente proposta de solicitação de recursos do FEMA para contratação de serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para o Grupo Orla, pelo período de 12 (doze meses), conforme termo de referencia encartado no presente processo de folhas nº 25 a 88. Análise econômica e orçamentária da proposta Em folhas 90 a 127 foi juntada pesquisa mercadológica resultando no valor médio de R\$ 9.195.103,13 necessário para contratação pelo período de 12 meses. DAF. G juntou sob fls.137 o demonstrativo do saldo disponível por órgão/unidade onde informa o saldo de dotação de R\$ 7.918.472,19 e total congelado de R\$ 4.386.997,49 . Enquadramento se repete. Conclusão Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta, analisada, cujo valor é de R\$ 9.195.103,13 (sendo R\$ 1.532.517,18 para o presente exercício e R\$ 7.662.585,95 para 2015), respeitada a utilização de dotação própria atribuída à despesas correntes em linha com as recomendações propostas pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Na ocasião da aprovação do Orçamento de 2015, que esse ocorra preferencialmente pelo Orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização de recursos do FEMA para a contratação. São Paulo, 22 de setembro de 2014. Assina Comissão Técnica de Avaliação.

Cons. Cristina Antunes: Isso aqui é uma nova contratação, então vai passar por licitação. Então não vai sair este ano.

Secretário Executivo Rubens Borges: A ideia é que saia ainda este ano.

Cons. Sandra: Cristina, teoricamente só falta um grupo marcar. As outras, todas, a intenção é que saia este ano.

Cons. Cristina Antunes: Isso é de vigilância?

Cons. Sandra: É. A intenção é que, dos 18 blocos, saia este ano. Nem que seja um mês para começar, devido a urgência realmente da situação dos parques.

Cons. Cristina Antunes: A urgência... Nós estamos com urgência desde março e até agora não saiu.

Cons. Sandra: É, estamos correndo.

Carlos Cavalcante: Bom dia. Carlos Cavalcante, DEPAVE. Conforme eu falei, na última, penúltima reunião, Cristina, a gente imagina que até novembro nós estamos totalmente regularizados em termos de contratos, de vigilância e manejo. Porque de manejo, tem uma ata de RP que está assinando, o pessoal já está assinando. E de vigilância, conforme a Sandra falou, só falta uma, uma para marcar a licitação, que vai ser agora. Então que gente imagina que, pensando em um prazo, como eu disse, até novembro, nós estamos totalmente regularizados em termos de infraestrutura para os parques.



Cons. Cristina Antunes: Mas uma licitação não acontece em menos de três meses. Esse daqui são novos contratos. Então são novas licitações. Nós estamos em outubro.

Cons. Sandra: Como assim? Na realidade, elas estão prontas. Tem toda aquela fase de preparação de edital, de levantamento das necessidades. DEPAVE informa, passando o edital pelo jurídico, na realidade quando vem com o ok para ir para o pregoeiro, são oito dias. Publica-se e marca oito dias.

Cons. Cristina Antunes: Desculpa, eu estou entendendo errado.

Cons. Sandra: é o prazo legal.

Cons. Cristina Antunes: Mas para você abrir uma licitação, você tem que ter dinheiro. Você não pode abrir...

Cons. Sandra: Sim. Sim.

Cons. Cristina Antunes: Como a gente está aprovando agora um dinheiro...

Cons. Sandra: Não, está tudo pronto o administrativo.

Cons. Cristina Antunes: Pois é, mas então agora você tem o dinheiro, é que você vai abrir uma licitação. Você não poderia abrir antes disso.

Cons. Sandra: Aí, o jurídico, com a reserva, em sendo aprovado, vai pro jurídico, o jurídico dá ok no edital que já é padrão...

Cons. Cristina Antunes: E tem prazo para a licitação, não pode ser em menos de três meses.

Cons. Sandra: Não, aí tem prazo legal para marcação, depois do ok do jurídico, que o edital está conforme, tem o recurso aprovado, são oito dias, e aí são termos legais.

Cons. Cristina Antunes: Meu Deus, por que estamos esperando há oito meses?

Cons. Sandra: Até algumas coisas...

Cons. Cristina Antunes: Certo. Isso a gente pode conversar depois. Eu estou perplexa. Porque até agora, sempre a informação que a gente teve, a licitação demora três meses, e tem que ter o dinheiro para começar a licitação, e demora três meses. Agora você está dizendo que demora uma semana.

(fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: No microfone, por favor, Sandra.

Cons. Sandra: Na realidade prazos... Agora só tem que ser obedecido os prazos legais. Tendo o recurso, aí vai para DAF, a Mônica faz a reserva, vai para o jurídico, dá o ok. Se tiver tudo conforme no edital, tal, aí vai para o pregoeiro marcar. Teoricamente são oito dias dentro... aí precisa ver o dia que pode marcar. Mas pela lei são oito dias. Entendeu? Aí marca a licitação...

Cons. Cristina Antunes: A informação que eu tenho está errada, não são três meses obrigatoriamente?

Cons. Sandra: Não, para a marcação são oito dias. O que demora na realidade é todo esse trâmite de ver o orçamento, pesquisa de mercado. A gente até procura antecipar por causa da avalanche que nós tínhamos, 18 licitações, com relação... É, e o pregão eletrônico é mais rápido. Você entendeu? Mas o problema é: orçamento de empresa, é a parte toda administrativa.

Cons. Cristina Antunes: Vocês têm expectativa que lançando em uma semana, até novembro...

Cons. Sandra: Mais ou menos o que o Carlos falou, até novembro, em novembro...

Carlos Cavalcanti: Carlos Cavalcanti, DEPAVE. É o seguinte, Cristina, três meses é do nascedouro da licitação. Então, 80, 90% desse tempo é gasto em elaboração do edital, o termo de referência, vai para jurídico e tudo mais. Isso dá uns 90%, que dá uns dois meses e meio, vamos chamar assim. Mas nós não tínhamos recurso. Então a gente não pode colocar a licitação. Agora chegou o dinheiro, graças a Deus. Obrigado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Podemos ir à votação? Conselheiro Azoni.

Cons. Azoni: Mesma coisa. Gostaria de registrar meu voto a favor, mas porque a Sandra confirmou que realmente tem recurso para aprovar esse contrato.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Os conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos



quatro votos a favor e um voto contrário. Próximo ponto de pauta: Apreciação e Deliberação sobre Atender os pagamentos de medições não liquidadas de agosto de 2014 e as demais até o término do contrato a vencer em 22/11/2014 referente à prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques Municipais que entregam o grupo Orla do Guarapiranga. Processo 2012-0.329.079-5. Proponente: SVMA/DEPAVE Valor Total: R\$ 1.099.999,86. Análise da proposta Trata o presente de solicitação de recursos do FEMA para Atender medições anteriores não liquidadas de agosto de 2014 e as demais medições do contrato até 22/11/2014, na prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que entregam o grupo Orla do Guarapiranga, composto pelos parques Barragem, Linear Castelo, Guanhembu, Jardim Herculano, Jardim Prainha, M'Boi Mirim, Nove de Julho, Praia do Sol e Linear São José. Em folha 524, foi juntada solicitação do DAF, para utilização de recursos do FEMA para custeio do contrato com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que "não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município". Análises econômicas e orçamentárias: A presente proposta origina-se de manifestação DAF-G , com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 1.099.999,86 referente as medições não liquidadas de agosto de 2014 até o término do contrato em 22/11/2014, conforme solicitação de folhas nº 524, descontando os pagamentos liquidados de junho e julho. Consta em folhas nº 426 nota de empenho nº 50.553 no montante de R\$ 133.140,15 e em fls. nº 433 a nota de empenho global R\$ 1.331.401,35, perfazendo o total R\$ 1.464.541,45 - valor estes inclusos os meses de junho e julho, já liquidados. DAF-G informa em fls. nº 524 que há um saldo orçamentário na 94.10 no valor de R\$ 5.619.692,42 na dotação Operação Manutenção e Conservação de Parques e que os saldos dos empenhos na dotação 2710 serão cancelados para ajuste contábil. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntado sob folhas 330 a 338, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de Operação, Manutenção e Conservação de Parques. Conclusão: Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada no valor de R\$ 1.099.999,86, respeitada a utilização de dotação própria atribuída às despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Na ocasião da aprovação do Orçamento de 2015, que esse ocorra preferencialmente pelo



Orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 19 de setembro de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação – CAV.

Cons. Cristina Antunes: Rubens, quando fala em medições não liquidadas de agosto de 2014 até novembro de 2014. A verba para esse contrato já foi aprovada aqui, anteriormente.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. É só...

Cons. Cristina Antunes: Não, não para liquidação. Não para essa de não-liquidado. Existe um contrato que não teve medições liquidadas ainda, de agosto de 2014. A verba para esse contrato foi aprovada, já, aqui, anteriormente?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. A verba que hoje se encontra empenhada para este contrato é da Secretaria do Verde. Na unidade 27.10, que é o código da Secretaria do Verde. A proposta é transferir essas despesas para o Fundo, o FEMA, e disponibilizar esse recurso para outros fins, de ajuste contábil e outros pagamentos que estão pendentes na Secretaria.

Cons. Cristina Antunes: Certo. Eu queria pedir, Luis, também, outra vez, que a gente tenha o quadro do que já foi aprovado, atualizado a cada reunião. O que foi aprovado, o que já entrou. Guarapiranga, nós aprovamos um monte de contratos. E sempre com prazos de seis meses, não é?

Secretário Executivo Rubens Borges: As prorrogações, três, seis meses, dependendo do caso.

Cons. Cristina Antunes: (incompreensível) 12 meses, não é? Então, eu quero solicitar, de novo, que a gente tenha esse número atualizado. Você está me dizendo, então, que esse contrato que é de vigilância. O contrato estava ocorrendo com verba da Secretaria, este especificamente estava ocorrendo com verba da Secretaria.

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso.

Cons. Cristina Antunes: E essa verba da Secretaria não cobria o contrato inteiro, então? Eu entendo que medição não-liquidada cabe no mesmo processo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Aí eu não sei. Teria que perguntar...
(fala sem microfone)

Cons. Cristina Antunes: Esse daqui é um contrato que está ocorrendo com verba da Secretaria?

Oradora não identificada: Exato.

Cons. Cristina Antunes: E essa verba da Secretaria não foi suficiente para cobrir o que ainda falta medir, é isso? Portanto, não cobriu o contrato inteiro. Porque o que falta medir devia estar incluso no contrato. Falta medir. Então devia estar incluso no contrato original que permitiu esse serviço.

Sérgio: Sérgio, DAF 1. Tem alguns contratos na 27.10 que estão encerrando. Então estão cobertos até o vencimento. E do vencimento até o final do exercício está faltando recurso, porque a dotação está zerada, não tem recurso nessa dotação. Então o único jeito que tem de dar sequência nesse contrato é passando a utilizar recurso do FEMA. Mas ele está coberto na 27.10. totalmente coberto até o vencimento. Depois do vencimento, alguns contratos vencem antes do final do ano. Para cobrir do vencimento até o final do exercício é que precisa de recurso. É onde entram esses recursos.

Cons. Cristina Antunes: Eu entendi isso. Mas uma medição não liquidada faz parte de um contrato que já foi aprovado anteriormente e que está correndo com verba de orçamento.

Sérgio: Sim.

Cons. Cristina Antunes: Não é uma novidade, só faltam as medições. São medições que não foram liquidadas e são do mesmo contrato.

Sérgio: Sim. Não, mas existe o recurso ainda na 27.10. mas esses recursos, a gente liberando esses recursos, a gente vai ter condições de cumprir melhor com um pouco



mais de folga os contratos que a gente tem. Porque senão a gente não chega até 31 de dezembro.

Cons. Cristina Antunes: Vocês estão pedindo um socorro para o CONFEMA porque o que vocês reservaram no orçamento não cobre, é isso? Não cobrem medições que estão para ser liquidadas agora.

Sérgio: Não cobre o final do contrato até o final do exercício.

Cons. Cristina Antunes: Posso fazer mais uma pergunta? Por que não cobriu? Foi mal previsto? O orçamento não foi suficiente? Quer dizer, fizeram uma conta e a conta não era essa? Quer dizer, por que chega no fim fala dinheiro para essas medições?

Sérgio: A dotação abre com determinado valor. E a gente tem os contratos a serem cumpridos. Dentro da 27.10 tem também, não só manejo e vigilância, tem o contrato de manejo e vigilância também na 27.10, bem inferior à quantidade do que tem na 94 e a do FEMA. Mas temos também, ali, serviços de concessionárias... concessionárias é uma previsão. A gente tem uma previsão de consumir tanto por mês. Mas às vezes acaba consumindo mais. O caso da Eletropaulo, o caso de Sabesp. Então são coisas que não estão previstas... previstas estão, mas não é exato. É estimativo. Então a gente acaba consumindo um pouco mais do que aquilo que estava previsto. Então esse pode ser um dos motivos que deu a diferença de um mês, onde aperta para fazer as liquidações.

Cons. Cristina Antunes: Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Os conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos quatro votos a favor, e um voto contrário da conselheira Cristina. Próximo ponto de pauta: Apreciação e deliberação sobre Prorrogação contratual dos serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Norte. Processo: 2012-0.329.067-1 Proponente: SVMA/DEPAVE Valor Total: R\$ 1.103.137,68(sendo R\$ 1.054.322,55 para o principal e R\$ 48.815,13 para o reajuste). Análise da proposta: Trata a presente proposta de contrato de serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques Grupo do Norte, composto pelos parques Jardim Felicidade, Vila dos Remédios, São Domingos, Lions Clube Tucuruvi, Cidade de Toronto, Rodrigo de Gasperi, Vila Guilherme-Trote, Pinheirinho D'Água, Sítio Morrinhos e Jacinto Alberto, contrato registrado sob nº 005/SVMA/2013 fls. 216, aditado conforme despacho de folhas nº 459 e 460. Em folha 513, foi juntada solicitação do DAF. G, para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 1.103.137,68(sendo R\$ 1.054.322,55 para o principal e R\$ 48.815,13 para o reajuste), visando a prorrogação contratual pelo período de 3 meses a contar de 18/10/2014. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que "não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município". Análises econômicas e orçamentárias da proposta A presente proposta origina-se de solicitação de DAF. G, com relação à necessidade de custeio da contratação de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para do Grupo Norte, cujo vencimento está previsto para 18/10/2014 no montante de R\$ 1.103.137,68(sendo R\$ 1.054.322,55 para o principal e R\$ 48.815,13 para o reajuste). DAF-G em folhas nº 512 junta ao



presente demonstrativo de saldo disponível na dotação 94.10-FEMA - operação manutenção e conservação de parques com saldo de R\$7.918.472,19. A empresa manifestou interesse em prorrogar o contrato por mais três meses sendo encartada a manifestação em folha nº 510. DAF aponta a vantajosidade da prorrogação contratual em fls 420 a 422. Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município (PGM), foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes para cobertura do presente contrato no período de 3 meses. Conclusão: Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta, ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.103.137,68 (sendo R\$ 1.054.322,55 para o principal e R\$ 48.815,13 para o reajuste), respeitada a utilização de dotação própria atribuída à despesas correntes em linha com as recomendações propostas pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Na ocasião da aprovação do Orçamento de 2015, que esse ocorra preferencialmente pelo Orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 19 de setembro de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação – CAV. Podemos ir à votação? Os conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos quatro votos a favoráveis, um voto contrário da conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Posso perguntar qual que diferença de Grupo Norte e Grupo Norte Vila Maria? Tem parques diferentes nesses grupos?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então está respondido. Próximo ponto de pauta: Apreciação e deliberação sobre Prorrogação Contratual de Serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Guarapiranga. Processo: 2010-0.144.515-1 Proponente: SVMA/DEPAVE Valor Total: R\$174.130,58 (sendo R\$ 146.130,58 para o pagamento do principal e R\$ 28.000,00 para o reajuste do período). Análise da proposta: Trata a presente proposta de prorrogação contratual por 01(um) mês dos serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques que compõem o Grupo de Parques Guarapiranga, composto pelos Parques Guarapiranga, Pq. Eucalipto , Pq. Nabuco, Pq. Santo Dias e Severo Gomes, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes. Em folhas de nº 2714 e 2715 encontra-se o Termo de Aditamento de Contrato nº 122/SVMA/2014 publicado em DOC em 12/09/2014 pág. 83 com vencimento da prorrogação em 07/10/14. Em folhas nº 2730 encontra-se assentado a informação que a empresa concorda em prorrogar por 1 (um) mês o contrato. Análise econômica e orçamentária da proposta: A presente proposta origina-se de manifestação de DAF. G,



com relação à necessidade de realização da manutenção e preservação das áreas verdes do Município, que solicita a utilização de recursos do FEMA para a realização da proposta ora apresentada, conforme informação de folha nº 2742. Em folhas 2731 a 2738, constam planilhas de orçamento que demonstram vantagem para a municipalidade na prorrogação contratual, com atestado da Divisão Técnica de Gestão de Parques- DEPAVE- 5 fls. 2739. DAF-G em folhas nº 2742 solicita o montante de R\$ R\$174.130,58 sendo R\$ 146.130,58 para o pagamento do principal e R\$ 28.000,00 para o reajuste visando suportar a despesas com a prorrogação por 01(um) mês. Sendo assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município (PGM) da Secretaria dos Negócios Jurídicos (SNJ), juntado ao presente sob folhas nº 2562 a 2567, foi apresentada a proposta destacando-se a utilização de dotação de despesas correntes para a contratação dos serviços. Conclusão: Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta, ora analisada, cujo valor R\$174.130,58 sendo R\$ 146.130,58 para o pagamento do principal e R\$ 28.000,00 para o reajuste da prorrogação contratual por 1(um) mês, respeitada a utilização de dotação própria atribuída à despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que: Na ocasião da aprovação do Orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo Orçamento da SVMA. Diante do exposto no presente relatório e com base no parecer da Procuradoria Geral do Município, a CAV não identifica óbice na utilização do Recurso do FEMA. São Paulo, 02 outubro de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação – CAV. Então vamos à votação: Os conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos quatro votos a favoráveis, um voto contrário da conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Posso fazer uma pergunta, Luis? Isso daqui está sendo prorrogado por um mês. Sandra, já existe uma licitação para um novo contrato?

Cons. Sandra: Nesse caso específico... Aliás, como todos. Por isso que as vezes, a gente só para pegar, dá tempo de ter a licitação. Então um mês prorroga.

Cons. Cristina Antunes: Então isso daqui, um mês, supondo-se que corra tudo bem, a gente não vai precisar aprovar prorrogação mais?

Cons. Sandra: Exato.

Cons. Cristina Antunes: Mais uma pergunta. Essas licitações correriam rapidamente se não tiver questionamento das empresas concorrentes?



Cons. Sandra: O normal seria ter... Normal... pode haver recurso, alguma coisa. Mas já, pelo decorrer, como agora a coisa já está caminhando, então teoricamente não tem. Agora já é meio padrão. Só muda realmente as necessidades dos parques, de acordo com o tipo dos parques. Só.

Secretário Executivo Rubens Borges: Próximo ponto de pauta: Apreciação e deliberação sobre pagamentos de medições não liquidadas de agosto de 2014 e as demais até o término do contrato a vencer em 15/12/2014 referente a manutenção e manejo do Grupo Pinheirinho. Processo: 2012.0.330.054-5. Proponente: SVMA/DEPAVE. Valor Total: R\$ 705.428,74 Análise da proposta: Trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos Parques do Grupo Pinheirinho D'Água composto pelos Parques, Pq. Pinheirinho d'água, Pq. Linear do Fogo, Pq. Senhor do Vale e Pq Jacinto Alberto, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação do lixo gerado pelos usuários e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 22 a 38. Em folha 874, foi juntada solicitação do DAF. G, para utilização de recursos do FEMA para custeio do contrato com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que "não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município". Análises econômicas e orçamentárias da proposta: A presente proposta origina-se de manifestação DAF-G, com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 705.428,74 referente as medições não liquidadas de agosto de 2014 até o término do contrato em 15/12/2014, conforme solicitação de folhas nº 874, informa ainda, que os empenhos de nº 60.841 e nº 60.840, que perfazem um valor total de R\$ 674.752,48, foi estimado incompleto, por esse motivo solicita ao CONFEMA apreciação de um valor maior do que o empenhado na 2710. DAF-G informa em fls. nº 874 que há um saldo orçamentário na 94.10 no valor de R\$ 7.918.472,19 na dotação Operação Manutenção e Conservação de Parques e que os saldos dos empenhos na dotação 27.10 serão cancelados para ajuste contábil. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município (PGM), que segue juntado sob folhas 612 a 619, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de Operação, Manutenção e Conservação de Parques. Conclusão: Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada no valor de R\$ 705.428,74, respeitada a



utilização de dotação própria atribuída às despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 19 de setembro de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação – CAV.

Cons. Cristina Antunes: Rubens, o que quer dizer “foi estimado incompleto”? Faltaram serviços no pacote? O que foi incompleto?

Secretário Executivo Rubens Borges: Aí eu não sei te dizer. Tiago, lembra desse relatório? Você tem informação, Sérgio? O valor do empenho estava menor do que está sendo solicitado para o FEMA. É o que está aqui no relatório.
(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Assim, a somatória dos empenhos que constam no processo dá R\$ 674.000,00 e está sendo solicitado ao CONFEMA R\$ 705.428,74.

Orador não identificado: (fala sem microfone) para ir até o final do contrato. A gente aprova o valor principal do contrato. E existe, no decorrer, reajuste. E o reajuste não estava previsto. Estava previsto só o global.

Cons. Cristina Antunes: Então o que nós estaríamos aprovando é um reajuste, é um aditamento?

Orador não identificado: No aditamento tem o global e a gente tem que considerar também o reajuste. Às vezes o reajuste não está considerado, então fica...

Então não é que foi considerado incompleto, é que está sendo feito um reajuste?

Orador não identificado: É um reajuste (incompreensível).

Cons. Cristina Antunes: Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: O Tiago é membro da comissão técnica de avaliação, ele queria dar um esclarecimento.

Coordenador Luís Eduardo Damasceno: Fale no microfone, por favor.

Tiago: Tiago, CAV. Eu queria explicar que esse termo “incompleto” a gente retirou da manifestação de DAF G, que está, que foi criado “incompleto”, por isso que a gente colocou no relatório esse termo. Entendeu?

Cons. Cristina Antunes: Quando imprimiu a informação que estava incompleto, estava incompleto na hora que foi aprovado. Pelo jeito não é isso. É um aditamento?

Mônica: Cristina, o incompleto que eles colocam é assim: quando foi feito a reserva, esse recurso estava na dotação da Secretaria. Não estava no FEMA. Não tinha sido aprovado. Então quando eles fizeram o empenho, foi feito o empenho só do valor principal, sem o reajuste. Entendeu? Na secretaria. Agora, quando a gente está pedindo a aprovação no CONFEMA, nós estamos pedindo o recurso que falta, que são seiscentos e pouco, mais o recurso do reajuste, que faz parte do contrato. Entendeu?
(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Podemos ir à votação, então? Os conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por quatro votos a favor, e um voto contrário da conselheira Cristina. Próximo ponto de pauta: Apreciação e deliberação sobre Aditamento Contratual em 2,4% na prestação de Serviços de Manejo e Conservação dos Parques Naturais Municipais Bororé, Itaim, Jaceguava e Varginha e Cratera da Colônia. Processo: 2010.0.247.663-8. Proponente: SVMA/DEPAVE Valor Total: R\$ 47.649,60 (aditamento contratual em 2,4%, permanecendo as demais cláusulas contratuais.). Análise da proposta Trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos Parques Naturais composto pelos Parques Natural do Bororé, Pq Natural Itaim, Pq Natural Jaceguava, Pq. Natural Varginha e Cratera da Colônia, cujo objeto inclui serviços de



manejo da vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação do lixo gerado pelos usuários e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 97 a 115v. Em folhas 971 a 972 do processo, consta o Termo e Aditamento do Contrato, registrado sob número 132/SVMA/2014, com contratação de prazo por 12 (doze) meses contados a partir de 28/07/14. Conforme justificativa apresentada na Carta nº 34/SVMA/DEPAVE-8/2014 onde DEPAVE consultou a empresa contratada quanto ao aditamento contratual em 2,4% com acréscimo de 3 (três) novos encarregados de turma, conforme calculo de folhas nº 984 permanecendo as demais cláusulas contratuais. Análises econômicas e orçamentárias da proposta: Conforme manifestação de DAF. G de folha 986, a presente proposta tem por objetivo solicitar a utilização de recursos do FEMA para suportar as despesas do contrato vigente, viabilizando o aditamento contratual em 2,4% permanecendo as demais cláusulas contratuais em apoio da gestão administrativa da SVMA, no montante de R\$ R\$ 47.649,60 conforme planilha apresentada em folhas nº 984. A empresa concorda com o aditamento proposto na a na Carta nº 34/SVMA/DEPAVE-8/2014 quanto ao aditamento contratual em 2,4% com acréscimo de 3 (três) encarregados conforme resposta de folhas nº 979 a 980. Conclusão: Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município e da Secretaria dos Negócios Jurídicos que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta, ora analisada, cujo valor é de R\$ 47.649,60 visando o aditamento contratual em 2,4% permanecendo as demais cláusulas contratuais respeitadas à utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que: Na ocasião da aprovação do Orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo Orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Podemos ir à votação? Os conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos quatro votos a favor, e um voto contrário da conselheira Cristina. O último ponto de pauta: Apreciação e deliberação sobre Nova Contratação de serviços de vigilância/segurança dos Parques Grupo Leste - São Mateus pelo período de 12 meses. Processo: 2014-0.187.875-6. Proponente: SVMA/DEPAVE. Valor: R\$ 7.831.018,00 (sendo R\$ 1.305.169,66 para 2014 e R\$ 6.525.848,34 para 2015). Análise da proposta Trata a presente proposta de contratação de serviços de vigilância/segurança por período de 12 meses a serem realizado nos Parques do Grupo Leste São Mateus-composto pelos parques: Pq Jd. Da Conquista, Pq Aterro Sapopemba, Pq Linear Ribeirão



Oratório, Pq Guabirobeira, Pq Central Itaim e Pq Nebulosa, cujo objeto inclui serviços de vigilância desarmada, conforme solicitação e justificativa de folhas nº 04 a 13 Em folhas nº 47 a 77 foram encartados a requisição de bens e serviços bem como o termo de referencia das especificações técnicas do objeto com as pesquisas de mercado anexadas sob folhas nº 99 a 115. Análises econômica e orçamentária da proposta: A presente proposta origina-se de solicitação de DAF.G fls 122, com relação à necessidade de custeio da contratação de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Leste - São Mateus. Conforme planilha mercadológica juntada em folha 116, estão previstos as despesas para cobertura contratual para o período de 12 meses, no montante de R\$ 7.831.018,00.(sendo R\$ 1.305.169,66 para 2014 e R\$ 6.525.848,34 para 2015 conforme programação de fls. 122). Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município (PGM), foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes para cobertura da presente contratação. DAF-G em folhas nº 122 informa que há recurso orçamentário para suportar a despesa no presente exercício e que o valor restante está previsto na proposta orçamentária de 2015. Conclusão: Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta, analisada, cujo valor é de no montante de R\$ 7.831.018,00. (sendo R\$ 1.305.169,66 para 2014 e R\$ 6.525.848,34 para 2015, conforme programação de fls. 122), respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com as recomendações propostas pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Na ocasião da aprovação do Orçamento de 2015, que esse ocorra preferencialmente pelo Orçamento da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização de recursos do FEMA para a contratação. São Paulo, 01 de outubro de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação – CAV.

Cons. Azoni: Só gostaria de registrar meu voto, que seja a favor. Mas levando em consideração que a Sandra, conselheira Sandra garantiu que os recursos estão disponíveis para 2015.

Secretário Executivo Rubens Borges: Está registrado. Então vamos à votação. Os conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então a proposta foi aprovada por quatro votos favoráveis, e um voto contrário da conselheira Cristina. Assim a gente encerra a pauta.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Encerrando a pauta...

Cons. Azoni: Eu gostaria só retificar que esses documentos contábeis que entregam para nós, que fosse assinado. Porque são só folhas em branco. Pelo menos a gente tem como documento registrado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está aqui, registrado.



Cons. Cristina Antunes: Desta reunião me sobra uma inquietação a mais, Luis, porque assim, nós já estamos cobrindo insuficiência do orçamento com dinheiro do FEMA há muito tempo. Agora isso aqui, dentro de uma suposta previsão, porque toda reunião vem processos novos de necessidade de urgentes. Então nós temos mais reuniões extraordinárias do que ordinárias, para resolver emergências. Neste caso, pelo menos em dois dos processos, nós estamos na emergência da emergência. Quer dizer, eram processos que estavam sendo custeados pelo orçamento e foram insuficientes. Então a gente tem que tapar um buraco a mais do orçamento por causa de... eu não quero dar nome, mas, enfim, me parece que é falta de planejamento. Está certo? Quer dizer, se mesmo naqueles casos em que a Secretaria assumiu o contrato com verba de orçamento, nem nesses está dando conta de pagar. Me dá uma enorme inquietação com relação à gestão dos dinheiros da Secretaria. Quer dizer, se se faz contratos que não vão chegar ao fim, qualquer empresa quebra. Mas o CONFEMA está socorrendo. Já está socorrendo nos outros todos que já vem direto para cá. Agora neste caso, nós estamos funcionando como um banco sem juros. Quer dizer, a gente dá o dinheiro... E isto é um Fundo público. Está certo? Eu sei que vocês têm o respaldo do parecer da PGM, que outra vez, vou falar de novo, é discordante do parecer, do jurídico desta própria secretaria. Isso está no primeiro processo de todos esses. Então eu fico muito inquieta com relação ao que vai acontecer o ano que vem. Toda essa incerteza. O Azoni colocou a segurança que a projeção que a Sandra passa, essa segurança que poderia nos passar. Mas este ano a gente já tem exemplos de insuficiência desta segurança. Está certo? Então eu fico muito preocupada. Reforço a minha posição de não aprovar esses processos. E eu peço outra vez, reitero enfaticamente que a gente tenha o extrato minucioso de onde vão os dinheiros da Secretaria.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já está anotado. Eu entendo a...

Cons. Cristina Antunes: É que eu já pedi isso há algum tempo, Luis. Não veio ainda.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu entendo a conse4lheira, mas, mais uma vez, eu quero deixar aqui, registrado, que o dinheiro da secretaria, em todo, gerenciado pelo DAF, ele é da maior lisura possível, transparência. Pode ficar tranquila quanto a isso. Para isso nós temos técnicos à altura, tendo a diretora Sandra, que agora faz parte do conselho. Então fique tranquila quanto a isso.

Pedro: Outra coisa, nesse sentido, complementando a fala do Damasceno, toda execução orçamentária da prefeitura, em detalhes, está no Portal da Transparência, então tanto a execução orçamentária da 27.10, da secretaria, como a do FEMA. Lá você consegue ver. Claro que sem prejuízo da gente ter esses dados aqui. Mas os dados estão lá. Então não se trata de esconder nada. Os dados são públicos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito. Obrigado, Pedro. Bom, diante encerramento da pauta, da ordem do dia, não tendo mais nada a ser colocado, eu dou por encerrada a 42ª Reunião Plenária Extraordinária, 6/10/2014. 10h29. Obrigado a todos os conselheiros e conselheiras.

Cons. Cristina Antunes: Luis, fora da reunião, fora da pauta, a gente... Tinha ficado para uma reunião seguinte, uma resolução deste conselho com relação à horário de começo e de fim da reunião. Eu não coloquei no começo, porque obviamente não estava na pauta.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu falei para você antes, não deu para conversar com o presidente. O presidente do conselho é o secretário. Eu tenho que levar a sua solicitação à ele. Mas, hoje, eu acho que nós começamos no horário. Os conselheiros tiveram presentes. Mas mesmo assim, eu vou levar ao secretário. Está bom? Obrigado a todos. Bom dia.

WANDERLEY MEIRA DO NASCIMENTO

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA



Coordenador:
Luis Eduardo Damasceno

Secretário Executivo:
Rubens Borges

Conselheiros Presentes:

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni
Décio Pereira de Moraes
Humberto Massahiro Hideshima
Maria Cristina Almeida Antunes
Pedro de Lima Marin
Sandra Glória Teixeira